



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SUSTENTÁVEL

DANIELA VENCESLAU BITENCOURT

KATIA SANTANA BISPO

EIXO: 23. PESQUISA FORA DO CONTEXTO EDUCACIONAL

Resumo: Para compreender a construção do discurso sobre sustentabilidade, o presente artigo tem como escopo, a relevância de se colocar na ordem do dia as temáticas, bem como as práticas necessárias que assegurem os ensinamentos epistemológicos sobre sustentabilidade e discurso. A partir deles, buscamos apreender a construção; considerando a questão temporal, as variantes tecnológicas, os fatores políticos, econômicos e sociais. **Palavras-chave:** Sustentabilidade. Discurso. Conceito. **Abstract:** To understand the construction of the discourse on sustainability, this study has the scope, relevance to put on the agenda the issues and practices necessary to ensure the epistemological teachings on sustainability and speech. From them, we try to understand the construction; considering the temporal question technological variants, the political, economic and social factors. **Keywords:** Sustainability. Speech. Concept.

INTRODUÇÃO Há muito o discurso da sustentabilidade deixou, apenas, de buscar responder as demandas apresentadas pelos movimentos ambientalista em suas diversas expressões. A necessidade de incluir a questão ambiental na agenda de prioridades tem sido entendida não só pelo mundo acadêmico, mas também, pela mídia e pela sociedade, sobretudo, pela indigência de se instituir mudanças de hábito que perpassam os limites da educação e se esteiam na sobrevivência de uma nova ordem político-econômico-social. A discussão saiu dos limites do "ecologicamente sustentável" para o "politicamente correto" e necessário. É nesse contexto que elementos como educação ambiental e sustentabilidade passam a nortear a questão discursiva e trazem à baila fatores sociais que tendem a determinar o eixo discursivo e as interferências nele provocadas pelo intradiscorso e pelo interdiscorso. Deste modo, tendemos a condicionar o nosso

comportamento, sobretudo as nossas práticas histórico-culturais, a uma vivência pautada pelas exigências que o mundo nos impõe, especialmente, no que se refere à formação e à transformação do meio. Assim, urge se colocar o discurso de sustentabilidade como prioridade zero e fazer brotar uma nova tendência, capaz de modifica-lo e redimensiona-lo como prática social inclusiva e transformadora, articulando crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. A abordagem deve sair do campo meramente técnico. É fundamental ampliar e incorporar a ela uma visão de futuro, criando uma perspectiva capaz de apontar os problemas ambientais que são tratados à miúdo, colocando-os à prova da modernização ecológica e da nova exigência do mundo.

1. Referencial Teórico

1.1 Discurso A análise do discurso e o poder da palavra por intermédio de diversos autores demonstram que, o discurso aplicado de forma correta, remetem a construção e a aceitação pela massa envolvida pela mensagem. É o processo dinâmico da língua que permite inventar novos conceitos e, por conseguinte refazer a língua. Para Beveniste (1974, p 24), “o poder de ação, de transformação, de adaptação, que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura, uma relação de integração necessária”. É pertinente entender que a cada época e contexto, corresponde um determinado tipo de formação ideológica. Nesta perspectiva, há que se destacar que um sujeito ocupando um lugar é dominado por uma determinada formação ideológica que preestabelece as possibilidades de sentido de seu discurso. Segundo Marilena Chauí (2006, p.108)

[...] Ideologia representa um conjunto de ideias, pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas. É um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam ou prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

No entendimento de Bakhtin (2002), é pela linguagem que se propagam as ideologias, fomentando conceitos e aceitações muitas vezes adversas ao entendimento do interlocutor. “A ideologia do cotidiano se constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência”. É pertinente considerar que a linguagem é o instrumento que o homem usa para estabelecer relações, interagindo socialmente como forma de ação entre os interlocutores. Isso significa dizer que a linguagem é, portanto, dotada de intencionalidade que visa influenciar o comportamento do interlocutor. modificando suas convicções e ideias

pré-concebidas. O avanço dos estudos linguísticos aponta a impossibilidade de dissociar da língua a atividade do falante, mas é somente com o advento da linguística da enunciação que a linguagem deixa de ser vista apenas como instrumento externo de comunicação e de transmissão de informação para ser vista como uma forma de atividade entre os protagonistas do discurso, que se constitui uma unidade pragmática, capaz de produzir efeitos e reações. Conforme nos ensina Koch (1996) "ao produzir um discurso, o homem se apropria da língua, não só com o fim de veicular mensagens, mas, principalmente, com o objetivo de atuar, de interagir socialmente, instituindo-se como 'eu' e constituindo, ao mesmo tempo, o outro que é por sua vez, constitutivo do próprio 'eu'". Assim, podemos afirmar que o discurso é um processo contínuo que não se esgota em uma situação particular do processo de comunicação. Dessa forma, a Análise do Discurso, procura compreender a língua fazendo sentido, concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e sua realidade natural e social. A Análise do Discurso privilegia a interpretação dos enunciados produzidos, isto é, coloca a interpretação como ponto central de discussão. Como diz Orlandi (2001, p 21) "a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos". A partir das conferências, tratados e reuniões na área ambiental, podemos verificar o discurso da sustentabilidade, em primeiro lugar, como forma de gerenciar a reprodução econômica do capitalismo ante os efeitos da degradação ambiental. O conceito de discurso como expressão e exercício de poder pressupõe a sustentabilidade como um campo discursivo onde uma pluralidade de forças e interpretações disputa entre si o reconhecimento como "o discurso verdadeiro" sobre o assunto. Embora a sustentabilidade presuma, como campo, um substrato comum identificado com a ideia de um "futuro viável" para as relações entre a sociedade e a natureza, esta base comum é muito vaga e permite leituras diversas sobre o que significa um futuro viável e sobre quais os melhores meios de alcançá-lo. Assim, à medida que o debate da sustentabilidade vai se tornando mais complexo e é difundido socialmente, ele vai sendo apropriado por diferentes forças sociais que passam a lhe imprimir o significado que melhor expressa seus valores e interesses particulares. Viola e Olivieri (1997), analisando o cenário do ambientalismo contemporâneo, reafirmam as ideias de diversidade e conflito.

1. **Sustentabilidade: a construção de um conceito**

O conceito de desenvolvimento sustentável provém de um relativo longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade civil e seu meio natural. Por se tratar de um processo contínuo e complexo, observa-se a existência de uma variedade de abordagens que procura explicar o conceito de sustentabilidade. Segundo Leff (2004, p15), o princípio da sustentabilidade surge,

[...] No contexto da globalização como a marca de um limite e o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade. A crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza. A sustentabilidade ecológica aparece assim como um critério normativo para a reconstrução da ordem econômica, como uma condição para a sobrevivência humana e um suporte para chegar a um desenvolvimento duradouro, questionando as próprias bases da produção. Segundo Camargo (2003), o termo desenvolvimento sustentável foi primeiramente divulgado por Robert Allen no artigo "como salvar o mundo", lançado conjuntamente pela União Mundial para a Conservação da Natureza – UICN, pelo fundo para a vida selvagem – WWF. O foco do conceito é a integridade ambiental e apenas a partir da definição do relatório Brundtland a ênfase desloca-se para o elemento humano, gerando um equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social. Para Goldsmith (1972), uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para seus membros. Pronk e Ul Haq (1992) destacam o papel do crescimento econômico na sustentabilidade. Para eles, o desenvolvimento é sustentável quando o crescimento econômico traz justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema. O conceito de desenvolvimento sustentável deve ser inserido na relação dinâmica entre o sistema econômico humano e um sistema maior, com taxa de mudança mais lenta, o ecológico. Para ser sustentável, diz Van Bellen (2006, p.24),

[...] Essa relação deve assegurar que a vida humana possa continuar indefinidamente, com crescimento e desenvolvimento da sua cultura, observando-se que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de fronteiras adequadas, de modo a não destruir a diversidade, a

complexidade e as funções do sistema ecológico de suporte à vida.

Desse modo, sustentar, significa segurar, suportar, apoiar, resistir, conservar, manter, dentre outros. Segundo Brügger (1994), na expressão desenvolvimento sustentável a palavra sustentável costuma adquirir um sentido mais específico, remontando aos conceitos de ecologia, referindo-se, de modo geral, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais e à autoperpetuação sustentável, nesse sentido, englobaria ainda a ideia de capacidade de suporte ao qual se refere ao binômio recursos-população. Brügger (1994) ressalta, ainda, que o adjetivo "sustentável" adicionado a "desenvolvimento" tem guardado uma dimensão técnica e naturalista provavelmente adequada para lidar com populações animais e vegetais, mas insuficiente para dar conta da complexidade que envolve as relações homem-natureza. É importante destacar que sustentabilidade e desenvolvimento sustentável formam caminhos dispersos e por que não antagônicos, pois segundo Herculano (1994, p.23)

[...] apesar da concepção de desenvolvimento como uma questão política e social, a acepção do termo que predomina e persiste e a de que o desenvolvimento e crescimento dos meios de produção, é acumulação, é inovação técnica, é aumento de produtividade, enfim, é expansão das forças produtivas e não alteração das relações sociais de produção. Nesta perspectiva, constrói-se uma noção de sustentabilidade que se volta para o novo. Noção calcada em novos paradigmas que possam de fato, consubstanciar uma nova relação do ser humano com ele mesmo e dele com a natureza, constituindo-se, segundo Guimarães (2003, p.92), "de três pilares dessa nova proposta: a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica". No entanto, a sedimentação desta nova concepção de sustentabilidade é fruto de uma transformação nos paradigmas epistemológicos que estão no alicerce da ciência ambiental. Em outras palavras, após o advento da mecânica quântica, a ideia de complexidade, ligada à interconectividade inerente aos processos sistêmicos, a incerteza advinda da teoria desenvolvida por Heisenberg e o indeterminismo, entre outros fatores, trouxeram um novo patamar de compreensão da realidade. Isso, afirma Camargo (2005, p.51),

[...] poderia explicar a nova dinâmica surgida com as redes e os fluxos econômicos, políticos e culturais, que tornaram o espaço geográfico um gigantesco caleidoscópio em que cada resposta é fruto da grande

complexidade de variáveis que envolvem o sistema planetário.

Como se pode observar, apesar dos conflitos gerados pelo uso da nomenclatura, o termo desenvolvimento sustentável é claramente carregado de valores, estando intimamente ligado a princípios como a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade. Dahl (1997) pondera que um dos problemas do conceito refere-se ao fato de que a sociedade deve saber para onde quer ir para que depois se possa medir se esses objetivos ou direção estão sendo alcançados. O conceito de sustentabilidade envolve a questão temporal, pois a sustentabilidade de um sistema só pode ser observada a partir da perspectiva futura, de ameaças e oportunidades. Todavia, as ameaças para a viabilidade do sistema, segundo Bossel (1999), derivam de alguns fatores: as dinâmicas da tecnologia, da economia e da população. Todos podem levar a uma acelerada taxa de mudanças. A necessidade de operacionalizar o conceito de sustentabilidade, que julga estar implícito na sociedade, acreditando na improbabilidade desse sistema ter uma tendência à autodestruição. Afirma, Van Bellen (2006, p.28):

[...] Que a operacionalização deve auxiliar na verificação sobre a sustentabilidade ou não do sistema, ou pelo menos ajudar na identificação das ameaças à sustentabilidade de um sistema. Para isso há a necessidade de se desenvolver indicadores que forneçam essas informações sobre onde se encontra a sociedade em relação à sustentabilidade. Em termos gerais, para Hardi e Zdan (1997), a idéia de sustentabilidade está ligada à persistência de certas características necessárias e desejáveis de pessoas, suas comunidades e organizações, e os ecossistemas que as envolvem, dentro de um período de tempo longo ou indefinido. Para atingir o progresso em direção à sustentabilidade deve-se alcançar o bem-estar humano e dos ecossistemas, sendo que o progresso em cada uma das esferas não deve ser alcançado à custa da outra. Na verdade, há uma interdependência entre os dois sistemas. Contudo, esta operacionalização emerge como o grande desafio civilizatório, principalmente quando se pensa de que modo é concretizada a sustentabilidade num contexto social hegemônico pelo mercado. Enfatiza Lima que "O atual debate teórico-político e a própria leitura da relação atual entre mercado e (in)sustentabilidade apresentam argumentos expressivos para demonstrar a inviabilidade de as forças de mercado serem capazes de realizar uma sustentabilidade. (2002, p. 122)".

Portanto, o século XX foi testemunha de transformações significativas em todas as dimensões da existência humana. Ao lado do exponencial desenvolvimento tecnológico, que aumenta a expectativa de vida dos seres humanos e ao mesmo tempo sua capacidade de autodestruição, ocorreu um crescimento significativo da utilização de matéria e energia para atender as necessidades da sociedade. Essa demanda por bens e serviços se dá em toda a superfície do planeta, mas seu preenchimento não é uniforme. Observa-se uma grande disparidade dos padrões de vida e de consumo das populações de diferentes países, juntamente com índices de desigualdade crescentes dentro deles. Esse contexto faz com que ao longo do século XX, o relacionamento entre homem e natureza passe por profundas transformações, principalmente na percepção que esse tinha da natureza e dos problemas ambientais. Diz Camargo (2003, p.43), “o despertar das recentes gerações em direção a valores ecológicos tem sido denominado de várias maneiras, tais como: conscientização ecológica ou ambiental, percepção ecológica ou ambiental, sensibilização ecológica ou ambiental”. Jamais alguma civilização teve em âmbito planetário o poder destruidor que tem a sociedade contemporânea. Segundo a Agenda 21 (1995), a humanidade encontra-se em um momento de definição histórica. Para Capra (1982), estamos chegando a um momento decisivo como indivíduos, como sociedade e como civilização. Segundo Drew (1989), o homem é hoje o mais poderoso agente das alterações das condições na superfície terrestre. O século XX testemunhou o surgimento de uma nova e importante tarefa: proteger a natureza do ser humano. Os problemas ambientais com que os indivíduos se defrontam não são novos, embora só recentemente sua complexidade começa a ser compreendida. Conforme assegura Capra (1996), quanto mais se estuda os principais problemas de nossa época, mais se é levado a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente, sendo problemas sistêmicos, interligados e interdependentes. Na visão de Soffiat (2002), crises ambientais de raízes antrópicas não constituem novidade na história da humanidade, mas a singularidade da atual crise ambiental aparece exatamente na combinação de seu caráter antrópico com sua extensão planetária. A crise generaliza-se com tal velocidade e com tal dimensão que não basta buscar suas causas só na desestruturação dos sistemas naturais que sustentam a vida. Se a década de 1950 marca a preocupação ecológica na comunidade científica, a década de 1960 marca este processo relacionado aos atores do sistema social. Segundo Porto

Gonçalves (1996), a década de 1960 assistiu ao crescimento de movimentos que criticavam não só os modos de produção, mas também os de vida. Diversos grupos e organizações não-governamentais começam a aparecer e a crescer neste período, como é o caso da *World Wildlife Fund* (atual *World Wide Fund for Nature – WWF*), primeira ONG ambiental de espectro verdadeiramente mundial. A década de 1970 destaca-se para criação de diversas organizações internacionais que visavam a discutir os problemas ambientais em âmbito mundial; dos primeiros movimentos ambientalistas e a absorção da preocupação ambiental pelo sistema político – governos e partidos. A década de 1980, por sua vez, destaca-se pelo surgimento, em grande parte dos países, leis regulamentando a atividade industrial no que se refere à poluição. Complementa Camargo (2003, p.51), “também na década de 1980 houve um grande impulso quanto a formalismo na realização de estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ambiental (EIA/Rima), com audiências públicas e aprovações em diferentes níveis de organizações do governo”. A década de 1990 caracteriza-se pelo grande impulso que a consciência ambiental teve na maioria dos países do globo. Segundo Moura (2000), o termo “qualidade ambiental” passou a fazer parte do universo social. Destaca-se neste período a realização da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra. Para Franco (2000), ficou evidente que a humanidade havia chegado a um momento de definição de sua história: ou ficar com o modelo político vigente ou mudar o rumo melhorando a qualidade de vida dos pobres e protegendo o meio ambiente, para alcançar um futuro melhor. Em março de 2000, fora aprovada a carta da Terra que apresentada e assumida pela ONU em 2002, baseada em princípios e valores fundamentais, ela serve como código ético planetário, sendo equivalente à Declaração dos Direitos Humanos no que concerne à sustentabilidade, à equidade e à justiça. Assim se a consciência ambiental cresceu consideravelmente a partir da segunda metade do século XX, estabelecendo novos parâmetros na relação homem/natureza, a percepção dos problemas ambientais ocorreu de modo diferenciado ao longo do tempo. Para Camargo (2003, p.61):

[...] Numa primeira etapa, ocorreu a percepção dos problemas ambientais localizados. Numa segunda etapa, a degradação ambiental é percebida como um problema generalizado, porém confinado nos limites territoriais dos Estados Nacionais. Numa terceira etapa, a degradação ambiental é percebida

como um problema planetário e que atinge a todos. Agora em 2012, temos mais uma grande reunião mundial, a Rio+20 onde é marcado 20 anos após a emblemática Cúpula da Terra também realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e 40 anos depois da primeira reunião mundial sobre o tema, em Estocolmo. O objetivo da Rio +20 foi estimular novas medidas rumo a uma "economia verde". Para garantir que todos os habitantes do planeta tenha uma vida digna com acesso a bens básicos como água, alimentação e energia sem comprometer as gerações futuras. Onde trás um conjunto de objetivos para o desenvolvimento sustentável como: trabalho, água, energia, alimentação, cidades e desastre. E mostrando formas de gestão sustentável desses recursos. É neste panorama que emergem discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade na estruturação de mecanismos que possam criar uma relação harmônica entre homem/natureza na construção de um mundo mais justo onde o bem-estar social, a qualidade de vida, a equidade, o meio ambiente e a justiça ergam-se como pilares reais da vida das pessoas.

1. Conclusão

Uma leitura do mundo atual nos leva a uma situação de releitura e, conseqüentemente, de análises sobre o papel da sociedade como um todo, considerando os seus valores, princípios éticos e morais. Aos nos debruçarmos sobre os mais variados conceitos, observamos e concordamos que a sustentabilidade só pode ser pensada a partir de uma perspectiva futura de ameaças e oportunidades. Precisamos enxergar o contexto na qual essa peça da sustentabilidade está inserida para entendermos quais os impactos (positivos e negativos) que ela provocará ao meio, de forma particular, ao ambiental. Devemos considerar que nem todo avanço, representa destruição natural. Ele pode resultar em desenvolvimento sustentável, gerando novas dinâmicas sociais e abrindo perspectivas, sobretudo, econômica para a população. Constatamos que todos podem ganhar e essas mudanças de paradigmas do que é sustentável pode, sim, apontar para uma acelerada mudanças econômica e social. O ideal seria que o desenvolvimento pudesse vir aliado ao senso de justiça e oportunidades para todos os seres humanos do planeta, sem privilégio de algumas espécies, sem destruir os recursos naturais finitos e sem ultrapassar a capacidade de carga do sistema, como sugerem Pronk e Ul Haq (1992). Isso, porém, perpassam os limites do homem que apesar da inegável ajuda da tecnologia, ainda, não consegue pautar as suas condutas em ações totalmente equilibradas e igualmente favoráveis e a todos os setores da sociedade civil organizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AMOSSY, Ruth (org) **Imagens de si e no discurso: a construção do ethos**. S.Paulo: Contexto 2005. BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo. Ed. Hucitec/Anna Blume, 2002. BEVENISTE, Émile. **Problemas de**

lingüística geral II, Pontes Editores, 1974. BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Ed da Unicamp, 1993. CARDOSO, Sílvia H. Barbi. **Discurso e ensino**. Belo Horizonte. Ed. Autentica, 1999. CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Tradução Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo, Contexto, 2006. CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo, Contexto, 2008. CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª Ed. S Paulo: Brasiliense, 2006. FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. MAINGENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**, 3ª Ed. Trad. Freda Indursky. Campinas: Pontes 1997. MAINGENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. S. Paulo, Cortez 2001. MENEZES, William Augusto, **Semiolinguística e política**. In: MACHADO, I.L. et al. **Movimentos de um percurso em análise do discurso**. Belo Horizonte: Fale/UFMG. KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo. Ed. Cortez, 1996. OSAKABE, Haquira. **Argumentação e discurso político**. 2ª ed. S. Paulo: Martins Fontes, 2002. ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. Campinas. Ed. Pontes, 2001. PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**. S. Paulo: Hacker Editores, 1998. ALMEIDA, Fernando. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2002, pp. 81-105. ANDRADE, C.F. Pensar socialmente é bom e dá lucro. **Qualidade na construção**, ano 1, n. 06. São Paulo: SINDUSCON, 1998. ARAGÃO, W.M. **Coco: pós-colheita**. Série frutas do Brasil. Brasília: EMBRAPA, 2002. BERNARDES, J. A. e FERREIRA, F.P.M. "Sociedade e Natureza". In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. J. T. (org.). **A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 15-42

BOURG, D. (Dir). **Os sentimentos da natureza**. Lisboa: Livraria Clássica, 1993. (Série perspectivas ecológicas nº 18). CAMARGO, A. L. B. "Sustentabilidade – entraves globais e reflexões". In: **Desenvolvimento Sustentável – dimensões e desafios**. Campinas, Papyrus, 2003, pp. 113-124. CAMARGO, L.H.R. "O Novo Paradigma". In: **A Ruptura do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005, pp. 51-78. COELHO, M.A.Z. **Purificação da poligalacturonase produzida por aspergillus niger 3T5B8**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. CONSONI, Ângelo José et al. Origem e composição do lixo. In. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. Brasília: CEMPRE, 2002. CUNHA, L.H. e COELHO, M.C.N. "Política e Gestão Ambiental". In: CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. (orgs.). **A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 43 – 79. D`ALMEIDA, Maria L.O. NEVES, José Mangolini. Reciclagem de papel. In. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. Brasília: CEMPRE, 2002. DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003. FERREIRA, L.C. "Desenvolvimento, Sustentabilidade e Políticas Públicas". In: **A questão Ambiental – sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo,

Boitempo Editorial, 2003, pp. 101-109. FERREIRA, João Alberto. Resíduos sólidos: perspectivas atuais. In. SISINNO, Cristina Lúcia Silveira et al. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. GONÇALVES, C.W.P. **Os (dês) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989. GUIMARÃES, M. "Sustentabilidade e Educação Ambiental". In: CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. (orgs.). **A Questão Ambiental – Diferentes Abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003, pp. 81-105.

JOHNSTON, J. **Métodos econométricos**. São Paulo: Atlas, 1971. LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura. Racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável**. Blumenau: Ed. Da FURB, 2000. LOUREIRO, C.F. **Trajectoria e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004. MELO E SOUZA, R. "Representações Discursivas e Visões de Natureza no Pensamento Ambientalista Brasileiro." In: **Revista Tomo**, V (5), 2004, pp. 99-120. (ISSN 1517-4549). O'CONNOR, J. "Es posible el capitalismo sostenible?"

" In : Hector Alimonda (org.). **Ecologia Política – Naturaleza, Sociedad y Utopia**. Buenos Aires, CLACSO, 2003, pp. 27-52. PEREIRA, P.A.S. "Sustentabilidade e Gestão – Ciência, Política e Técnica" In: **Rios, Redes e Regiões e Regiões – a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre, AGE Editora, 2000, pp. 19-47. PRANDINI, Fernando Luiz et al. O gerenciamento integrado do lixo municipal. In. **Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado**. Brasília: CEMPRE, 2002. PORTO-GONÇALVES, C.W. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, Record, 2004, pp. 13-75. ROSA, M.F.; SANTOS, F.J.S.; MONTENEGRO, A.A.T.; ABREU, F.A.P.; CORREIA, D; ARAUJO, F.B.S.; NORÔES, E.R.V. **Caracterização Do Pó Da Casca De Coco Verde Usado Como substrato agrícola**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2001 SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de textos: 2004. SENHORAS, Elói. **Estratégia de uma Agenda para a Cadeia Agroindustrial do Coco**. Campinas: Ed. ESC, 2003 SIMÕES, R. Coco tem aproveitamento integral. **Agência Brasil**. Salvador, 18 out. 1996. VALLE, C.E. **Qualidade ambiental: como ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 1995. VITAL, J.A.V. **La estopa de coco: nueva materia prima para la industriapapelera**. Aupec. Colombia: Univalle. S.d. VIEIRA, G. Alguns modelos **matemáticos e econométricos aplicados às pesquisas em administração rural**. Lavras: ESAL / Departamento de Economia Rural, 1978. WARWICK, Dulce Regina Nunes et al. **A Cultura do coco no Brasil**. Brasília: EMBRAPA, 1997.

[1] Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, Pesquisadora CNPQ/FAPITEC/UFS. E-mail: daniela.aju@hotmail.com

. [1] Mestra em Letras, professora de graduação e pós graduação da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (Fanese), jornalista. E-mail: katiasantana@katiasantana.com

.br

.

Recebido em: 05/07/2016

Aprovado em: 06/07/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: